

## VOTO

### O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

A presente irresignação não merece prosperar, porquanto a agravante não apresentou fundamentos novos, aptos a modificar o entendimento anteriormente lançado.

A decisão combatida possui o seguinte teor:

“Trata-se de queixa-crime ajuizada pela Deputada Federal Tabata Claudia Amaral de Pontes, em desfavor do também Deputado Federal Eduardo Nantes Bolsonaro, pela alegada prática de difamação (tipo do artigo 139 c/c art. 141, III e §2º, ambos do Código Penal), que teria sido cometida por meio de publicações na rede social “twitter” do querelado.

As palavras difamatórias expressadas pelo querelado seriam as seguintes, *in verbis* :

“(…)”

Ah tá! Agora mulheres só menstruam se o Bolsonaro deixar... entendi...

Essa aquisição passaria por licitação que compraria o mais barato (e em tese (SIC) de pior qualidade). Assim, é melhor aos mais humildes receber esse dinheiro em forma de benefício assistencial e deixá-los escolher.

No mais, a deputada agindo desta maneira quase infantil **parece querer atender ao lobby de seu mentor-patrocinador Jorge Paulo Lemann, um dos donos da produtora de absorventes P&G**, do que realmente conseguir um benefício ao público. (grifado)

A querelante afirma que as mensagens divulgadas pelo parlamentar federal não estão amparadas pela liberdade de expressão, tampouco pela imunidade material prevista no art. 53, “caput”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (fls. 15-23), de modo a postular, ao cabo: (1) o regular processamento da queixa-crime; e (2) a condenação do congressista pela prática do delito de difamação (art. 139 c/c o art. 141, inciso III e § 2º, ambos do Código Penal).

Na resposta e em apertada síntese, o querelado menciona diversos precedentes desta Suprema Corte, sem negar a publicação, defendendo estar a manifestação dentro de contexto de discussão política e de interesse da sociedade (fls. 59-66). Argumenta ter compartilhado “[...] o print de uma mensagem que circulava no

*WhatsApp, sem proferir qualquer comentário de cunho criminal [...]*” (fls. 65-66) (grifado).

Os autos foram à Procuradoria-Geral da República, que se manifestou contrariamente ao prosseguimento da presente queixa-crime, considerando, em resumo,

‘ **In concreto, as falas do querelado a respeito do Projeto de Lei (nº 6.340/2019) apresentando pela querelante apontam clara relação de dialética sob a ótica ideológica e de antagonismo político (fls. 55-58).**

O livre debate de ideias políticas para a condução da coisa pública e a disputa por espaços de poder com a fidelização do eleitorado vai em direção à construção da democracia.

Dos membros do Poder Legislativo não se pode cassar pela via penal a liberdade de pensar, refletir e se expressar sobre questões ideológicas e políticas, mesmo que fora do âmbito da Casa Legislativa, ainda que desejável um *standard* mais elevado.

O sistema penal não se presta à supressão do debate público. À objeção à compreensão da dialética política não serve a criminalização das ideias discordantes. (...)

É o relato do necessário, passo a decidir .

A presente queixa-crime não merece prosperar.

O art. 53, *caput* , da Constituição Federal assegura imunidade material para que os deputados e senadores, na defesa de seus mandatos parlamentares, possam emitir livremente opiniões, sem temer retaliações de natureza penal ou civil.

“Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.”

Como salientado no Inq. nº 2.874-AgR/DF, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Celso de Mello, DJe de 20/6/12,

“(...) a teleologia inerente à cláusula de inviolabilidade prevista no art. 53, “caput”, da Constituição da República revela a preocupação do constituinte em dispensar efetiva proteção ao parlamentar, em ordem a permitir-lhe, no desempenho das múltiplas funções que compõem o ofício legislativo, o amplo exercício da liberdade de expressão, qualquer que seja o âmbito espacial em que concretamente se manifeste (RTJ 133/90), ainda que fora do recinto da própria Casa legislativa (RTJ 131/1039 – RTJ 135/509-510 – RT 648/318), desde que as declarações emanadas do membro do Poder Legislativo – quando pronunciadas fora do Parlamento (RTJ 194/56, Pleno) – guardem conexão com o desempenho do mandato (prática “in officio”) ou tenham sido proferidas em razão dele (prática “propter officium”), conforme esta Suprema Corte tem assinalado em diversas decisões (RTJ 155/396-397, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, v.g.). Cabe assinalar, ainda, notadamente em face do contexto ora em exame, que

a garantia constitucional da imunidade parlamentar material também estende o seu manto protetor (1) às entrevistas jornalísticas, (2) à transmissão, para a imprensa, do conteúdo de pronunciamentos ou de relatórios produzidos nas Casas Legislativas (RTJ 172/400-401, Rel. Min. ILMAR GALVÃO) e (3) às declarações feitas aos meios de comunicação social (RTJ 187/985, Rel. Min. NELSON JOBIM), eis que – tal como bem realçado por ALBERTO ZACHARIAS TORON (“Inviolabilidade Penal dos Vereadores”, p. 247, 2004, Saraiva) – esta Suprema Corte tem reafirmado “(...) a importância do debate, pela mídia, das questões políticas protagonizadas pelos mandatários”, além de haver enfatizado “a idéia de que as declarações à imprensa constituem o prolongamento natural do exercício das funções parlamentares, desde que se relacionem com estas”

A imunidade parlamentar material, decorrente de manifestações proferidas no exercício do mandato, ou em razão deste, constitui prerrogativa institucional assegurada aos membros do Poder Legislativo, com vistas a lhes garantir o independente exercício de suas funções.

O Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que as expressões ofensivas, quando proferidas fora da Casa Legislativa, devem guardar, para o reconhecimento da imunidade parlamentar material, relação com o exercício do mandato ou mesmo com a condição de parlamentar, mas o mesmo não se exige quando proferidas no seu interior.

Na espécie, ainda que proferidas fora da Casa Legislativa, por meio de redes sociais, as palavras alegadamente difamatórias ditas pelo Querelado devem ser entendidas em contexto de disputa política entre as partes, conducentes à atipicidade da conduta.

Como registrou a Procuradoria-Geral da República, em questões pontuais de antagonismo político, eventual excesso por parte de um deputado em relação a outro “deve ser reparado via representação por violação de decoro parlamentar na Comissão de Ética, cabendo ‘à própria Casa a que pertencer o parlamentar coibir eventuais excessos no desempenho dessa prerrogativa” (Supremo Tribunal Federal. Inquérito n. 1.958. Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, j. 29 out. 2003).

O Direito Penal possui como princípio o da intervenção mínima, do qual decorrem os princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade, pelos quais se tem que a criminalização penal ocorre como a última etapa de proteção estatal e quando os demais ramos do direito se apresentarem ineficientes. No caso concreto, à legítima pretensão da querelante, ao discordar das palavras do Deputado Federal, acodem mecanismos políticos e democráticos próprios do campo constitucional em que se exercem, respeitando-se o tempo, o modo e a natureza da política.

Além disso, como já tive a oportunidade de ressaltar, 'faz parte da atuação do parlamentar o direito a esse tipo de crítica, mais dura, mais ríspida, mais contundente' (Inq. nº 3.672/RJ, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJe de 14/10/14).

A propósito, transcrevo julgados desta Suprema Corte em casos de crime contra a honra albergados por imunidade parlamentar que bem delimitam o tema:

“AGRAVO REGIMENTAL. QUEIXA-CRIME. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. DEPUTADO FEDERAL. CRIME CONTRA A HONRA. NEXO DE IMPLICAÇÃO ENTRE AS DECLARAÇÕES E O EXERCÍCIO DO MANDATO. IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL. ALCANCE. ART. 53, CAPUT, DA CF.

1. A inviolabilidade material, no que diz com o agir do parlamentar fora da Casa Legislativa, exige a existência de nexo de implicação entre as declarações delineadoras dos crimes contra a honra a ele imputados e o exercício do mandato. Estabelecido esse nexo, a imunidade protege o parlamentar “por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos” (art. 53, caput, da CF), e não se restringe às declarações dirigidas apenas a outros Congressistas ou atores políticos ostensivos, mas a quaisquer pessoas.

2. A verbalização da representação parlamentar não contempla ofensas pessoais, via achincalhamentos ou licenciosidade da fala. Placita, contudo, modelo de expressão não protocolar, ou mesmo desabrido, em manifestações muitas vezes ácidas, jocosas, mordazes, ou até impiedosas, em que o vernáculo contundente, ainda que acaso deplorável no patamar de respeito mútuo a que se aspira em uma sociedade civilizada, embala a exposição do ponto de vista do orador.

3. Imunidade parlamentar material reconhecida na espécie, proferidas as manifestações em entrevistas do Deputado Federal a rádios no âmbito de atuação marcadamente parlamentar, em temas de oposição política e de fiscalização do patrimônio público, conducentes à atipicidade de conduta. 4. Agravo regimental conhecido e não provido.” (PET nº 5714 AgR/ DF, Primeira Turma, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJe de 13/12/2017).

(suprimi julgados ilustrativos)

Destaca-se, nesse sentido, o magistério de Michel Temer (Elementos de Direito Constitucional. 22. ed. Malheiros, 2007. p. 131, item 5):

“A inviolabilidade diz respeito à emissão de opiniões, palavras e votos. Opiniões e palavras que, ditas por qualquer pessoa, podem caracterizar atitude delituosa, mas que assim não se configuram quando pronunciadas por parlamentar. Sempre, porém, quando tal pronunciamento se der no exercício do mandato. Quer dizer: o parlamentar, diante do Direito, pode agir como cidadão comum ou como titular de mandato. Agindo na primeira qualidade não é coberto

pela inviolabilidade. A inviolabilidade está ligada à ideia de exercício de mandato. Opiniões, palavras e votos proferidos sem nenhuma relação com o desempenho do mandato representativo não são alcançados pela inviolabilidade.”

**Presente este panorama, as declarações do querelado estão amparadas pela imunidade parlamentar material, a implicar, sob o ponto de vista objetivo, a atipicidade de conduta.**

Em casos que tais, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que o Relator pode determinar o arquivamento dos autos por ausência de justa causa quando as supostas manifestações ofensivas estiverem acobertadas pela imunidade parlamentar material. Precedentes: PET nº 3.162, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ 4/3/05; PET nº 3.195, Relator o Ministro Cezar Peluso, DJ 17/9/04; PET nº 3.076, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 9/9/04; PET nº 2.920, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ 1º/8/03; INQ nº 2.273/DF, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe 26/5/08; PET. nº 5.637, de minha relatoria, DJe de 27/9/12.

Ante o exposto, REJEITO a queixa-crime, com fundamento no art. 397, III, do Código de Processo Penal e do art. 21, XV, “c”, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.”

Os argumentos trazidos no regimental, com o fim de afastar a incidência da imunidade parlamentar material não são capazes de alterar as conclusões da decisão combatida, na medida em que os fundamentos deduzidos aplicam-se, também, às razões do agravo.

Isso porque, em suma, as razões são as mesmas já propostas - e afastadas - na inicial. Vejamos:

“Conforme exposto, o querelado compartilhou conteúdo que transparece ter a querelante elaborado um Projeto de Lei com o propósito de beneficiar ilicitamente terceiros (...)

Dando continuidade à sua falaciosa narrativa, o querelado foi ainda mais enfático ao afirmar que a querelante estaria agindo por seus próprios interesses, em detrimento da população, pois estaria mais preocupada em ‘atender ao lobby de seu mentor-patrocinador Jorge Paulo Lemann (...) do que realmente conseguir um benefício público’

Entretanto, conforme demonstrado na inicial, absolutamente nenhuma das informações veiculadas pelo querelado são verdadeiras: (i) Tabata Amaral jamais agiu para “atender ao lobby” de qualquer pessoa ou empresa, (ii) não teve sua campanha eleitoral financiada por Jorge Paulo Lemann o qual, em verdade, (iii) sequer possui relação com a “produtora de absorventes P&G”.

Ato seguinte, o querelado veio aos autos apresentar justificativas pelo conteúdo compartilhado, sustentando que sua declaração estaria acobertada pelo manto da imunidade parlamentar (art. 53, CF) e a conduta por ele praticada não seria capaz de configurar o delito previsto no art. 139, CP.

Esta defesa, por sua vez, após tomar ciência de novas publicações do querelado que trataram desta queixa-crime, trouxe ao conhecimento deste e. Min. Relator os novos conteúdos falsos que, inclusive, são elementos a serem ponderados como reforço da existência de animus diffamandi na conduta do querelado. (...)

Em que pese o indiscutível saber jurídico do excelentíssimo relator, com o devido respeito, discorda-se da premissa adotada: a imunidade parlamentar (art. 53, CF) não se resguarda de caráter absoluto. Para que ela prospere se faz necessário que o conteúdo do discurso do parlamentar tenha direta relação com o desempenho de sua função – o que claro, não se cogita ser o caso quando da divulgação de fake news.

(...)"

Ainda que a linha possa parecer tênue, pelas manifestações do querelado, no máximo poder-se-ia visualizar indução, sugestão de que a querelada teria elaborado o citado projeto de lei para atender a interesses pessoais.

No entanto, não há, por parte do querelado, afirmação peremptória que possa chegar a se classificar como "fake news", situando-se suas colocações em contexto de oposição política e conquista de eleitorado.

Justamente por isso não há como retirar as publicações do manto da imunidade: há contexto de disputas políticas em arena legítima; as redes sociais - ainda que pudessem ser classificadas como levianas e irresponsáveis tais colocações.

A propósito, relembro que o Direito Penal é a última *ratio*, de modo que a tipicidade deve ser inequívoca a atrair sua incidência.

Assim é que eventual excesso deve ser apreciado pela própria Casa Legislativa que integra o Deputado federal, ente a quem incumbe a atribuição de apreciar se a postura do agravado foi compatível com o decoro parlamentar ou se, ao contrário, configurou abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição.

Pelo exposto, voto pela manutenção da decisão agravada, por seus próprios fundamentos, e pelo não provimento do presente agravo regimental.

*Plenário Virtual - minuta de voto - 04/11/2022 00:00*